OBSERVATÓRIO MILITAR
da Praia Vermelha
http://ompv.eceme.eb.mil.br/

Controle da informação na Rússia: uma análise à luz da doutrina ocidental

Luciano Hickert
Coronel veterano do Exército junto à Consultoria Jurídica da União no Estado do Rio Grande do Sul.

Rafael de Oliveira Penteado
Comandante do 8º Batalhão de Polícia do Exército em São Paulo.
Foi auxiliar do adido militar do Brasil na Rússia, nos anos de 2024/2025.

Introdução

Desde o início da guerra contra a Ucrânia, a Federação Russa tem conduzido suas ações em ambiente que ultrapassa o campo estritamente militar. Em paralelo às operações convencionais, observam-se também campanhas transnacionais de influência que combinam financiamento, produção de conteúdo e coordenação de narrativas em múltiplas plataformas.

Um exemplo recente dessa dinâmica foi a revelação de uma campanha atribuída a um grupo de espionagem russo na República Argentina, voltada a desacreditar o governo do país vizinho, com desembolso de pelo menos US$ 283.100 para a produção de mais de 250 conteúdos, em mais de 20 plataformas digitais. O caso ilustra como a disputa informacional contemporânea ultrapassa fronteiras nacionais e se vale de recursos financeiros, mediação tecnológica e exploração de tensões políticas internas para produzir efeitos cognitivos e simbólicos.

À luz da doutrina da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), esse tipo de atuação se insere no campo das comunicações estratégicas e das operações de informação, entendidas como processos voltados à coordenação de mensagens, ações e efeitos no ambiente informacional. A doutrina da Aliança Ocidental enfatiza que palavras, imagens e ações devem manter coerência para produzir credibilidade e influência sobre audiências específicas. No mesmo sentido, a literatura norte-americana recente trata a informação como um elemento central da competição estratégica, destacando que o controle, a proteção e o emprego do ambiente informacional são componentes decisivos da vantagem operacional.

Nesse contexto, este artigo sustenta que o Estado russo mobiliza instrumentos jurídicos, educacionais, econômicos, militares e digitais para consolidar uma narrativa dominante sobre a guerra e sobre a própria identidade nacional. O objetivo não parece ser apenas neutralizar o dissenso, mas também nivelar percepções, preservar a coesão social e legitimar, perante o público doméstico, a continuidade do conflito. Em termos analíticos, a leitura do caso à luz da literatura da OTAN e da doutrina norte-americana sobre comunicação estratégica e operações de informação oferece uma base mais comparável e internacionalmente reconhecível para interpretar esse processo.

Desenvolvimento

A literatura da OTAN trata a informação como parte central do ambiente operacional contemporâneo. A política de Comunicação Estratégica da Aliança define essa função como a coordenação de ações, palavras e imagens para apoiar objetivos de alto nível e influenciar as opiniões em ambientes de competição contínua. A mesma lógica aparece na doutrina da OTAN para Operações de Informação, que as entende como um conjunto de atividades sincronizadas para produzir efeitos no plano cognitivo e apoiar a tomada de decisão em contextos de paz, crise ou conflito.

Já a doutrina dos Estados Unidos reforça essa compreensão ao tratar a informação como recurso estratégico a ser protegido, explorado e empregado em apoio às operações e à decisão. A recente institucionalização de um manual do Exército dedicado à informação mostra que o tema ganhou destaque na doutrina militar norte-americana,

justamente porque todas as ações produzem efeitos informacionais em diferentes públicos e domínios. Isso amplia a análise ao demonstrar que a disputa por vantagem estratégica não ocorre apenas no terreno físico, mas também na esfera simbólica e cognitiva, onde se formam crenças, confiança e disposições políticas.

Autores da tradição militar norte-americana já vinham chamando atenção para a dimensão informacional. Bartles, há 10 anos, destacou que a discussão sobre a forma russa de empregar guerra e informação exige cuidado conceitual, pois a leitura simplificada de "guerra híbrida" tende a obscurecer a integração entre instrumentos militares e informacionais. Sinclair, por sua vez, sustenta que a evolução do modo russo de guerrear não representa ruptura total com padrões anteriores, mas adaptação de práticas consolidadas ao ambiente contemporâneo. Esses referenciais ajudam a interpretar o caso russo como uma combinação coerente de coerção, narrativa e gestão do ambiente informacional, e não como uma mera soma de eventos isolados.

No caso russo, a disputa informacional não se limita às mídias ou às plataformas digitais; ela é reforçada por um aparato jurídico que define o que pode ser dito, publicado e compartilhado. Sob a ótica da OTAN, esse tipo de arranjo é relevante porque as Operações de Informação (Op Info) não tratam apenas da circulação de mensagens, mas da coordenação entre atividades informacionais, opinião pública e efeitos cognitivos ao longo do ambiente operacional. Quando o ordenamento jurídico passa a definir quais narrativas são aceitáveis, o Estado deixa de apenas regular a comunicação e passa a organizar o próprio campo de interpretação da realidade.

Esse movimento é coerente com a lógica descrita na doutrina norte-americana mais recente, segundo a qual a informação é central para o comando, para a tomada de decisão e para a obtenção de vantagem informacional. A publicação do Exército dos EUA reconhece que todas as atividades geram efeitos informacionais e que o adversário tenta explorar continuamente esse domínio para obter influência e controle antes mesmo de um confronto armado. Assim, medidas legais que restringem críticas, punem narrativas dissidentes e protegem a imagem institucional das Forças Armadas podem ser interpretadas como parte de uma disputa persistente por vantagem informacional.

A doutrina da OTAN sobre comunicação estratégica destaca que mensagens, ações e sinais do Estado precisam ser coerentes para produzir credibilidade e efeito sobre audiências específicas. No caso analisado, essa coerência é buscada por meio da associação constante entre a guerra, o patriotismo, a defesa nacional e a legitimidade política. Em vez de uma comunicação episódica, observa-se a construção de uma narrativa dominante que estrutura a percepção dos fatos de modo contínuo, especialmente em contextos de conflito.

Não menos importante, a dimensão educacional é central em qualquer estratégia voltada ao controle do ambiente informacional, porque ela atua sobre a formação de opiniões antes mesmo de o indivíduo entrar em contato com narrativas concorrentes. A doutrina da OTAN sobre Op Info destaca que a atuação informacional deve ser planejada para produzir efeitos cognitivos sobre públicos específicos ao longo de todo o tempo possível, inclusive em tempos de paz. Nesse sentido, programas escolares, materiais didáticos e iniciativas de formação cívica não funcionam apenas como instrumentos pedagógicos, mas como meios de modelar identidade, lealdade e interpretação histórica.

No caso russo, a reorganização curricular, a introdução de aulas patrióticas e a reformulação de livros de história parecem buscar a consolidação de uma narrativa estatal única sobre passado, presente e futuro. Em termos estratégicos, isso se aproxima da lógica descrita pela doutrina da OTAN: informação e comunicação não são esferas acessórias, mas componentes capazes de influenciar atitudes e comportamentos de forma duradoura. A disputa por memória histórica, portanto, assume papel operacional, porque define quais interpretações da guerra e da identidade nacional serão consideradas legítimas pelas novas gerações.

A presença de símbolos patrióticos no espaço público reforça essa mesma lógica. A comunicação

estratégica da OTAN parte do princípio de que palavras, imagens e ações devem ser coerentes para sustentar credibilidade e produzir efeito sobre audiências-alvo. Quando símbolos militares, referências à guerra e sinais de unidade nacional são disseminados em escolas, repartições, transportes e campanhas públicas, o Estado amplia a repetição da mensagem e transforma o cotidiano em um ambiente de exposição contínua à narrativa oficial.

Nesse contexto, a proteção da imagem das Forças Armadas russas é um elemento central da estratégia informacional voltada à manutenção da coesão interna. A doutrina norte-americana recente afirma que todas as atividades produzem efeitos informacionais e que a competição por influência é contínua, mesmo antes do confronto armado. Nesse contexto, criminalizar críticas ao Exército, limitar a circulação de relatos negativos e ampliar a visibilidade de símbolos militares contribui para preservar a legitimidade institucional e reduzir o desgaste político do conflito.

OTAN, ao tratar de Operação de Informações, ressalta que a coordenação entre mensagens, ações e percepção pública é essencial para produzir efeitos cognitivos coerentes sobre audiências específicas. Quando o Estado associa as Forças Armadas à defesa da pátria, à ordem social e à identidade nacional, ele transforma o aparato militar em eixo moral da narrativa oficial. Isso não apenas reforça a moral interna, mas também limita o espaço de contestação ao enquadrar a crítica como ameaça à unidade do país.

Assim, o controle sobre plataformas, aplicativos e fluxos digitais é outro componente importante dessa arquitetura. A OTAN observa que o ambiente informacional inclui dimensões físicas, lógicas e cognitivas, de modo que o controle de infraestrutura digital afeta diretamente a circulação de mensagens e a capacidade de influência. Assim, restringir redes estrangeiras, favorecer serviços nacionais e ampliar o monitoramento da comunicação são medidas que têm impacto simultaneamente técnico e estratégico.

Em 2025, a Rússia aprovou a obrigatoriedade do aplicativo chamado de Max para todos os celulares do país, integrando mensagens, serviços públicos e identidade digital em uma mesma plataforma, que permite maior vigilância digital. Ele será pré-instalado em todos os celulares novos, e possibilita o acesso aos dados como localização, contatos, microfones e câmaras fotográficas, com uma política que permite compartilhar as informações com as autoridades governamentais. Tais recursos novos possibilitam ainda maior controle sobre a população, que tem perdido seu direito ao sigilo e à expressão.

Na perspectiva dos Estados Unidos, a informação deve ser tratada como ativo operacional, e sua proteção é tão importante quanto sua exploração. Em termos práticos, isso significa que o Estado pode buscar reduzir a exposição da população a fontes alternativas, concentrar dados sensíveis e aumentar sua capacidade de vigilância e resposta. No caso russo, a soberania digital aparece, portanto, não apenas como uma política tecnológica, mas como um instrumento de controle do ecossistema informacional e de reforço da narrativa estatal.

Conclusão

Este artigo não pretende esgotar o tema nem oferecer uma descrição completa de todas as medidas de controle informacional existentes na Rússia. O foco foi demonstrar, com base na doutrina da OTAN e em documentos norte-americanos, que há coerência e intencionalidade na maneira como o governo russo restringe e modela o acesso à informação, redefine jurídica e simbolicamente territórios ocupados, mobiliza os sistemas educacional, cultural e memorial para formar opiniões de interesse, proteger juridicamente a reputação das Forças Armadas e construir uma arquitetura de soberania digital que concentra dados e reduz a autonomia dos cidadãos.

À luz da literatura analisada, buscou-se evidenciar que esses movimentos não são fragmentados, mas compõem o emprego coordenado de múltiplos instrumentos de poder no espaço doméstico russo. A diferença central em relação ao cenário mais frequentemente tratado na doutrina ocidental é que, no caso russo, o alvo prioritário dessa operação não é apenas o inimigo externo, mas a

própria população, entendida como centro de gravidade, cuja percepção da realidade pode facilitar ou limitar a liberdade de ação do governo em relação à guerra.

Nesse sentido, entender o modo como a doutrina da OTAN e as ações russas se desenvolvem no campo informacional e da comunicação social serve como alerta para que as nações desenvolvam sistemas de comunicação menos vulneráveis à manipulação da opinião pública, sendo um fator chave para a soberania dos países na atualidade. Proteger a sociedade de ações premeditadas para manipular opiniões pode ser fundamental para a manutenção da soberania e do estado democrático de direito.

Dotar as instituições brasileiras de mecanismos que protejam a liberdade de expressão, ao mesmo tempo em que filtrem informações patrocinadas por potências estrangeiras com objetivos contrários aos da nossa sociedade, é um desafio permanente e em constante evolução. Acompanhar os meios de comunicação e fortalecê-los de modo a possibilitar que operem sem influência direta de outros atores talvez seja o único caminho a seguir.

Rio de Janeiro - RJ, 21 de outubro de 2026.